

MP para reduzir conta de energia elétrica é ineficaz¹

Editorial²

O presidente Lula tenta de forma errada encontrar uma solução para sua popularidade em queda. Mal assessorado pelo núcleo do Planalto e pelos expoentes do Ministério de Minas e Energia, o presidente assinou uma medida provisória que antecipará o pagamento de R\$ 26 bilhões decorrentes da privatização da Eletrobras para reduzir a conta de energia dos consumidores. No fim das contas, porém, as tarifas aumentarão a médio prazo. Além disso, o motivo para a ação é péssimo - queda na avaliação de um mandatário que concorrerá à reeleição - e justifica os piores temores, os de que são as chances de continuar no poder que determinarão as medidas do Executivo a partir de agora.

Em vez de buscar uma solução racional, o governo fez o caminho inverso: convocou especialistas do setor para apontar saídas não antes, mas depois de editar a MP. Uma discussão iluminada sugeriria aos assessores do Executivo que prestassem atenção no que dizem todos os que reclamam do progressivo encarecimento do custo da energia - não só consumidores de baixa renda, mas indústrias, comércio, associações do setor etc. Com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e grande sobra, o Brasil tem uma das energias mais caras do mundo.

Todos os problemas do setor elétrico foram parar na conta dos consumidores residenciais, dada a profusão de subsídios, em especial a energias renováveis, que já deveriam ser escalonadamente reduzidos. A MP é um exemplo do que não deve ser feito. O objetivo da medida é reduzir entre 3,5% e 5% a conta. O adiantamento de R\$ 26 bilhões amortizará duas pesadas contas do passado, de cerca de R\$ 11 bilhões, relativas ao ressarcimento da queda de consumo provocada pela pandemia de covid-19 e pelo uso de termelétricas, o insumo mais

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/04/11/mp-para-reduzir-conta-de-energia-eletrica-e-ineficaz.ghtml>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

² Editorial do Valor Econômico.

caro do sistema, durante a escassez de energia em 2021. Esse dinheiro não existe. Será um empréstimo feito com recebíveis junto aos bancos, com pagamento de juros e encargos. Quando a conta dos empréstimos chegar, o custo voltará a atordoar os consumidores, que se beneficiarão apenas de um alívio imediato.

Os governos petistas ajudaram a transformar problemas complexos de um setor já complicado em um pesadelo. Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia, depois ministra chefe da Casa Civil e, por fim, presidente da República, editou a MP 579 em 2012 para reduzir o preço cobrado pela energia do consumidor em 20%. Em 2014 a conta de energia já havia subido 25% e, em 2018, 50%. Aos desarranjos desse período foram acrescentados outros a partir daí. Os encargos extras nas contas de energia - boa parte deles não deveria estar ali - somam 13% do total da tarifa.

A liberalização do mercado, uma solução correta, seguiu caminhos tortuosos e cresceu custos. O aumento do número de consumidores que poderiam escolher quem lhes fornece energia, com base no mercado livre, ocorreu ao mesmo tempo em que foram concedidos subsídios, também corretos, para a expansão de fontes alternativas. No entanto, quem recebeu os subsídios migrou para o mercado livre, reduzindo a base de consumidores que têm de pagar os encargos correspondentes. Além disso, com base nos incentivos, a oferta total de energia ultrapassou em muito a demanda, com a consequência exótica de que, mesmo assim, seu preço continuou subindo.

Pelos dados da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), em termos de renda per capita, o Brasil tinha em 2022 um custo residencial da energia elétrica maior do que todos os 34 países ricos da OCDE. “O consumidor subsidia combustíveis fósseis, paga o risco hidrológico, segurança energética, energia de reserva, sobra de energia e a expansão desnecessária da transmissão, tudo isso custo de geração”, afirma Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel e colunista do Valor.

O desenho da MP traz os contornos das distorções do sistema. Energias alternativas, cujos custos caíram a mais da metade do que quando surgiram, tiveram prorrogados por mais 36 meses o prazo para que entrem em operação com subsídios. Para a Abrace, a conta será de R\$ 4,5 bilhões por ano a partir de 2029. Para Santana, que estima em 90 GW a capacidade adicional dessas fontes que ainda não produzem, a conta total ficará entre R\$ 17 bilhões e R\$ 19 bilhões.

As lideranças do Congresso contribuem para o caos. Além de empilhar caras usinas térmicas a gás desnecessárias no projeto de privatização da Eletrobras, agiram, por exemplo, para fazer com que a Aneel suspendesse reajuste de 34% nas tarifas do Amapá, base política do senador Davi Alcolumbre (União Brasil), que cobiça o comando do Senado em 2025.

O início de uma solução para o inacreditável problema de tarifas estratosféricas em um país com sobra de energia passa pela alocação dos subsídios tidos como necessários fora da conta de luz e no lugar a que pertencem: o orçamento da União. Ao mesmo tempo, seria possível abrir a todos a adesão ao livre mercado e repartir democraticamente o custo dos subsídios adequados. Para Santana, a conta de luz cairia 12% “sem truques”. Há assim formas mais inteligentes e baratas de o presidente Lula tentar melhorar sua popularidade.